

ATA - AMAZONAS TERRA AMBIENTAL E SERVIÇOS S/A		CNPJ/MF nº 00.959.203/0001-00	
continuação			
avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:			
Valor Envolvido		2013	2012
Grau de Risco	31/12/2013		
Possível	—		
Remota	—		
16. Débitos com Partes Relacionadas			
	2013	2012	
Passivo			
Débitos com Pessoas Ligadas			
Dan Hebert Participações - Banco do Brasil	4.830.089	4.531	
Dan Hebert Participações -Bradesco	22.415.460	—	
	27.045.549	4.531	
a) O valor referente a partes relacionadas, tocante a crédito com coligadas decorre de empréstimos obtidos junto ao Banco do Brasil S/A e Banco Bradesco S/A, cuja titularidade era da controlada ATA – Amazonas Terra Ambiental e Serviço S/A, repactuados junto a estas instituições passando a titularidade para a Controladora Dan Hebert Participações S/A, e concomitantemente condicionado a débito com coligadas. 17. Patrimônio Líquido: 17.1. Capital Subscrito e Integralizado: O Capital social pertence à acionista domiciliados no País está representado por 1.373.130 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. 17.2. Reserva Legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social conforme determina o artigo 193 da Lei 6.404/76. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.			
18. Receita Operacional Líquida			
	2013	2012	
Receita de Serviços Prestados	14.259.568	87.476.836	
(-) Impostos Incidentes sobre Serviços	(773.623)	(9.076.141)	
(-) Serviços Glosados	(944.164)	(452.512)	
Total	12.541.781	77.948.183	
19. Custo dos Serviços Prestados: Os custos relacionados a atividade principal da empresa estão detalhados nas seguintes naturezas:			
	2013	2012	
Salários	3.350.458	19.272.429	
Encargos sociais	1.995.050	7.531.463	
Benefícios Sociais	1.788.924	7.817.734	
Administrativo	1.742.470	4.263.415	
Custos Comerciais	—	3.321	
Custos Diretos	927.596	15.548.377	
Serviços de terceiros	493.564	7.371.453	
Veículos	179.173	2.195.072	
Máquinas e Equipamentos	738.776	3.873.287	
Transferência de Custos	—	9.709.188	
Total Custos Operacionais	11.216.009	77.585.739	
20. Despesas Administrativas			
	2013	2012	
Salários	1.691.294	5.764.303	
Encargos Sociais/Benef. Sociais	1.163.178	1.906.305	
Administrativo	1.029.759	1.126.703	
Despesas Comerciais	—	2.200	
Serviços de Terceiros	540.495	1.141.119	
Veículos	120.175	763.110	
Máquinas e Equipamentos	18.349	52.874	
Total	4.563.250	10.756.614	
21. Receita/Despesas Financeiras Líquidas			
	2013	2012	
Receitas Financeiras	836.983	426.184	
Descontos Obtidos	64.588	21.206	
Juros Taxa SELIC	268.193	385.731	
Juros Ativos	504.202	19.247	
Despesas Financeiras	(5.488.989)	(3.281.835)	
Juros Passivos	(4.621.526)	(1.533.058)	
Tarifas Bancárias	(16.072)	(47.746)	
Juros Bancários	(815.987)	(1.690.707)	
Multas Financeiras	(17.985)	(10.324)	
IOF - Imposto s/ Operações Financeiras	(17.419)	—	
Receita / Despesas Financeiras Líquidas	(4.652.006)	(2.855.651)	
DIRETORIA		CONTADOR	
José Soares dos Santos Filho Diretor Geral	Luzinária Ribeiro Pereira Diretor Administrativo e Financeiro	Edmilton Moreira Lima CRC DF-4.484/O-0-T/PA	
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
Aos Administradores e Acionistas da ATA Amazonas Terra Ambiental e Serviços S/A - Parauapebas - PA. Examinamos as demonstrações contábeis da ATA Amazonas Terra Ambiental e Serviços S/A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis. A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. Base para opinião com ressalva. Conforme mencionado em nota explicativa nº 8, a Companhia possui registrado no ativo não circulante o montante de R\$6.994 mil, decorrente de Instrumento Particular de Cessão de Crédito com a Hidelma - Hidráulica, Elétrica e Manutenção Ltda, referente a assunção de dívidas da referida empresa, estando em aberto desde 2010 quando da assinatura do Instrumento. Devido à natureza desses créditos, riscos que envolvem a sua realização e a ausência de mensuração do valor justo na data base de 31 de dezembro de 2013, não nos foi possível determinar se são necessários quaisquer ajustes nesses valores. Conforme nota explicativa nº 5, o saldo do estoque constituído pela Companhia, com o objetivo de utilização própria no curso normal de sua atividade, registrado na conta "Estoques", no ativo circulante está representado por R\$726 mil, em 31 de dezembro de 2013. No entanto, não acompanhamos o inventário físico nem foi possível satisfazer-nos sobre a existência dos estoques por meio de procedimentos alternativos de auditoria. Como consequência, encontramos-nos impossibilitados de atestar a adequação do saldo representativo desses estoques, naquela data. A Companhia está em processo de levantamento, tombamento e chapeamento dos bens que compõe o seu ativo imobilizado, que permitam correlacioná-los aos controles existentes, contudo até a conclusão de nossos exames, os trabalhos não haviam sido concluídos. Dessa forma, não nos foi possível através de procedimentos alternativos de auditoria concluir quanto a existência e totalidade dos referidos bens. Adicionalmente, a Administração da Companhia não dispõe de elementos que nos possibilitam avaliar se o referido ativo imobilizado será recuperado em sua totalidade, em atendimento ao requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 01) e Conselho Federal de Contabilidade. Como consequência, não nos foi possível concluir sobre a adequação do saldo do ativo imobilizado e despesa de depreciação, nos montantes de R\$3.055 mil e R\$1.479 mil, respectivamente, bem como seus respectivos reflexos tributários advindos deste tema em 31 de dezembro de 2013. Conforme descrito na Nota Explicativa nº15, a Administração da Companhia encontra-se em processo de levantamento, avaliação e adequação dos critérios de reconhecimento e das bases de mensuração aplicáveis à constituição das provisões para contingências passivas, visando a dar conformidade ao estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25). Em função do atual estágio deste processo, não é possível concluir sobre a adequação da rubrica de depósitos judiciais e provisão para contingências nos montantes de R\$1.585 mil em 31 de dezembro de 2013, e seus possíveis reflexos no resultado. A Companhia efetuou levantamento de créditos fiscais retidos em notas fiscais de prestação de serviços de exercício anteriores e registrou os reflexos no resultado do exercício corrente nas rubricas de Imposto de renda e contribuição e PIS e COFINS nos montantes de R\$1.596 mil e R\$774 mil, respectivamente. Não nos foram apresentados à documentação correspondente aos referidos ajustes, bem como as demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não foram reformuladas para refletir os referidos ajustes, conforme previsto no pronunciamento contábil CPC 23, mudanças de estimativas e correção de erros. Como consequência, encontramos-nos impossibilitados de atestar a adequação dos saldos representativos, dos impostos a recuperar em 31 de dezembro de 2013. Conforme nota explicativa nº 9, a Companhia registrou o montante de R\$ 8.090 mil, representado por ativo fiscal diferido oriundo de prejuízos fiscais. Todavia, a Companhia não atende aos requisitos do CPC-Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 32, quanto ao histórico de rentabilidade e não elaborou projeção futura para o aproveitamento do ativo. Ademais, não atendeu as exigências quanto a sua divulgação nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013. Desta forma, o ativo não circulante e o resultado do exercício encontram-se aumentados em 31 de dezembro de 2013, naquele valor. Opinião com ressalva. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderiam advir do assunto mencionado no parágrafo "Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ATA Amazonas Terra Ambiental e Serviços S/A em 31 de Dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Ênfases. As demonstrações contábeis da ATA Amazonas Terra Ambiental e Serviços S.A. foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia. Entretanto, a Companhia vem apresentando prejuízos contínuos, deficiência de capital de giro e elevação da participação de capital de terceiros Adicionalmente, a Companhia suspendeu o contrato de prestação de serviços com a Companhia Vale do Rio Doce que representa 90% de sua geração de receita operacional. A controladora realizou adiamentos para futuros aumentos de capital, para cumprir as obrigações exigíveis no exercício de 2013. Essas condições, juntamente com outros assuntos, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e à classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar em operação. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. Outros assuntos. As demonstrações financeiras da ATA Amazonas Terra Ambiental e Serviços S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram examinadas por nós que emitimos que emitiram relatório em 19 de abril de 2013 com ressalva quanto aos seguintes assuntos: i) ausência de resposta de circularização das instituições financeiras Caixa Econômica Federal e Bradesco; ii) Risco de realização e mensuração do valor justo com a Hidelma-Hidráulica, Elétrica e Manutenção; iii) Ausência de acompanhamento de inventário físico do estoques; iv) Ausência de controles auxiliares analíticos de depósitos judiciais e contingências e v) ausência de estimativa de vida útil econômica do ativo imobilizado, e todos esses assuntos não foram regularizados no exercício corrente. Goiânia, 06 de junho de 2014. BDO RCS Auditores Independentes SS - CRC 2 SP 013846/O-1-S-PA; Fernando Eduardo Ramos dos Santos - Contador CRC 1 GO 014553/O-0-S-PA.			